

ESCOLA ACOLHEDORA

O programa “Escola Acolhedora” incorpora como uma de suas diretrizes centrais a promoção de uma educação crítica sobre a cultura midiática e digital, articulada com a formação de uma cidadania digital comprometida com os direitos humanos. Nesse sentido, as Semanas Permanentes da Educação, Cidadania e Cultura Digital (ECCD) — Semana da Internet Segura, Semana Lola Aronovich, Semana de Conscientização sobre Brincadeiras Perigosas e Desafios Virais, Semana da Educação Midiática e Semana de Prevenção e Combate ao Bullying e Cyberbullying — constituem pilares fundamentais da atuação da equipe, configurando momentos estratégicos de mobilização, formação e intervenção nas escolas da rede estadual.

Durante essas semanas, são realizadas diversas atividades formativas e pedagógicas que visam não apenas sensibilizar, mas também instrumentalizar a comunidade escolar para lidar com desafios contemporâneos como a cultura da desinformação, o discurso de ódio nas redes sociais, o assédio virtual, a violência de gênero on-line, a divulgação não consentida de imagens íntimas, além de temas como privacidade e segurança digital.

Como parte dessas ações, destacam-se os cursos ofertados por meio do AVACED, como o Curso Internet Segura (120h), que capacita profissionais da educação — especialmente Professoras/es Diretoras/es de Turma (PDTs), gestoras/es escolares, superintendentes e membros das comissões CPPE — para o enfrentamento da radicalização on-line, dos discursos de ódio e para o fortalecimento de práticas pedagógicas voltadas à segurança digital. Da mesma forma, o Curso Lola Aronovich (100h) promove a formação de educadores para a compreensão e o enfrentamento das violências de gênero na internet, orientado pela Lei 13.642/2018, a primeira legislação brasileira a utilizar o termo “misoginia”, fortalecendo o debate sobre a proteção de meninas e mulheres no ambiente digital.

Além dos cursos, a equipe ECCD desenvolve e disponibiliza uma série de materiais didáticos e pedagógicos que auxiliam as escolas na promoção de atividades alinhadas às semanas temáticas, como cartilhas, infográficos, roteiros pedagógicos e conteúdos multimídia, acessíveis por meio de plataformas institucionais. Esses materiais são fundamentais para subsidiar as ações das escolas, ampliando a capacidade de intervenção pedagógica nos territórios.

Complementando essas ações, a ECCD realiza formações presenciais e virtuais, atendendo às demandas das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs) e Superintendências das Escolas

Estaduais de Fortaleza (SEFORs), promovendo encontros com educadoras/es e gestoras/es escolares para aprofundar as temáticas das semanas permanentes e orientar na implementação de ações locais.

Dessa forma, o programa “Escola Acolhedora”, por meio das Semanas Permanentes da ECCD, não apenas promove a conscientização de estudantes, professoras/es e gestoras/es, mas também fortalece uma cultura digital baseada na empatia, no respeito e na promoção dos direitos humanos, colaborando para a formação de sujeitos críticos, responsáveis e preparados para enfrentar os complexos desafios da era digital. Ao articular essas iniciativas, o programa contribui diretamente para o fortalecimento da democracia, da cidadania e de uma educação equânime e inclusiva nas escolas cearenses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei nº 10.446/2002 para incluir a competência da Polícia Federal na investigação de crimes de misoginia na internet. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018. Altera o Código Penal para tipificar como crime a divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de

vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia sem consentimento. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2012.

CEARÁ. Lei nº 18.168, de 27 de julho de 2022. Institui a Semana de Conscientização e Educação Midiática no Estado do Ceará. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, CE, 28 jul. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948.

NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança. Nova York: ONU, 1989.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Diretrizes para a Alfabetização Midiática e Informacional: para professores. Paris: UNESCO, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Semana Global de Alfabetização Midiática e Informacional. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/days/media-information-literacy>. Acesso em: 2 jun. 2025.

REDE INSAFE. Safer Internet Day. Disponível em: <https://www.saferinternetday.org>. Acesso em: 2 jun. 2025.